



# Estados apresentam proposta de reforma tributária para Rodrigo Maia

*Texto de secretários de Fazenda será levado ao Congresso como emenda ao projeto que já tramita na Câmara*

**Amanda Pupo, O Estado de S. Paulo**

11 de setembro de 2019 | 14h36

BRASÍLIA - Os secretários de Fazenda dos Estados apresentaram nesta quarta-feira, 11, ao **presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, a proposta de **reforma tributária idealizada pelos Estados**. O texto será levado ao Congresso em forma de emenda à proposta que tramita atualmente na Câmara, de autoria do deputado federal **Baleia Rossi** e do economista **Bernard Appy**.

LEIA TAMBÉM [>Conheça as propostas de reforma tributária em discussão](#)

O texto tem a mesma base da proposta de Appy, com a unificação de cinco impostos - **PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS** -, que serão substituídos pelo **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**. Por sua vez, as principais diferenças estão relacionadas a quem irá gerir os recursos e também ao tempo de transição para a adaptação dos Estados e municípios depois que as mudanças entrarem em vigor.

Além disso, os secretários querem um fundo de desenvolvimento regional e a manutenção do tratamento tributário diferenciado para a **Zona Franca de Manaus**.

Em relação à transição, a proposta é que ela ocorra em pelo menos 20 anos contra os 50 anos para compensação de eventuais perdas sugeridos no texto de Appy. Os primeiros dez anos seriam marcados pela transição do tributo, nos quais o sistema conviverá com os impostos antigos, PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, e o novo, IBS. Depois disso, seriam

ainda mais dez anos que para garantir que nenhum Estado tenha perda real de arrecadação.

Segundo o presidente do **Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz)** e secretário de Fazenda do Piauí, **Rafael Fonteles**, passados os 20 anos, o comitê gestor poderá deliberar sobre como se daria o restante da transição, sem necessariamente chegar aos 50 anos sugeridos por Appy.

Como já previsto, na proposta dos secretários apenas Estados e municípios integrarão o comitê gestor dos recursos, ficando de fora a União. “Ponto obviamente polêmico, mas foi a posição ideal apresentada pelos Estados”, disse Fonteles ao sair da residência oficial de Maia.

O presidente do Comsefaz explicou também que agora o trabalho será para colher as assinaturas necessárias para apresentação da emenda substitutiva, e que o presidente da Câmara prorrogou até a próxima quarta-feira o prazo para que o texto seja efetivamente levado à Câmara através da emenda.

## **Entenda as diferenças das propostas de reforma tributária**

### Proposta do governo (não apresentada oficialmente)

Troca de até cinco tributos federais (PIS, Cofins, IPI, uma parte do IOF e talvez a CSLL) por uma única cobrança, o Imposto Único Federal. A proposta também vai acabar com a contribuição ao INSS que as empresas pagam atualmente sobre a folha de pagamentos. Em substituição, duas opções estão à mesa: a criação de um imposto sobre todos os meios de pagamento ou um aumento adicional na alíquota do imposto único. Em outra frente, o governo prepara mudanças no IR de empresas e pessoas físicas com redução de alíquotas e fim ou redução de deduções com gastos de saúde e educação .

### Proposta da Câmara

PEC do líder Baleia Rossi (MDB-SP), patrocinada por Rodrigo Maia.

Preparada pelo economista Bernardo Appy, acaba com três tributos federais - IPI, PIS e Cofins. Extingue o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal. Todos eles incidem sobre o

consumo. Ela cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), de competência de municípios, Estados e União, além de um outro imposto, sobre bens e serviços específicos, esse de competência apenas federal.

### Proposta do Senado

Reforma do ex-deputado Luis Carlos Hauly preparada pela Câmara.

Extinção do IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide, ICMS e o ISS. No lugar deles seria criado um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal.

**A TARDE**

O jornal de toda Bahia

**COMSEFAZ** Secretários estaduais de Fazenda apresentaram ao presidente da Câmara a proposta feita pelos estados

# Maia recebe projeto de reforma tributária

**AMANDA PUPO**

Estadão Conteúdo, Brasília

Os secretários estaduais de Fazenda apresentaram ontem, ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a proposta de reforma tributária idealizada pelos estados.

Esse texto deve chegar ao Congresso na forma de uma emenda à proposta que já está em tramitação na Câmara, de autoria do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) e do economista Bernard Appy – a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45.

Relator da PEC e líder do PP na Casa, o deputado Aginaldo Ribeiro (PB) disse ter

visto algumas das sugestões com "bons olhos".

A exemplo da proposta da reforma, o texto dos estados unifica cinco impostos – PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS – e os substitui pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O IBS funcionaria nos mesmos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e incidiria sobre o consumo, incluindo serviços digitais.

As principais diferenças entre a PEC 45 e a proposta dos secretários da Fazenda estão relacionadas a quem deve gerir os recursos e ao tempo de transição para que estados e municípios se adaptem até que as mudanças entrem vigor. Para os secretários, o governo federal

**Esse texto deve chegar ao Congresso na forma de uma emenda à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, que já está em tramitação na Câmara**

deve ficar de fora das decisões sobre o destino do dinheiro.

**Diferenças**

E, diferentemente da proposta da reforma, os governos regionais querem a criação de um fundo de desenvolvimento para ajudar os estados mais pobres, no Norte e Nordeste, um fundo para compensação das desonerações para exportações – em substituição à Lei Kandir – e a manutenção do tratamento tributário diferenciado desfrutado pelas empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

Enquanto a reforma proposta por Appy estabelece uma transição de 50 anos

para compensar perdas de arrecadação, os estados sugerem um tempo menor, de 20 anos.

Nos primeiros dez anos, o sistema conviveria com os cinco impostos que já existem e o novo IBS – ao longo do período, enquanto os impostos atuais seriam reduzidos, o novo seria elevado. Caberia a um comitê gestor de recursos fazer a calibragem de alíquotas para evitar que os estados tivessem prejuízos em suas contas.

Depois, quando apenas o IBS estivesse em vigor, o comitê ainda acompanharia a transição por dez anos para garantir a manutenção positiva da arrecadação feitas pelos governos regionais.

Na proposta, de acordo com o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) e secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, apenas estados e municípios participariam do comitê – a União não teria assento.

"É um ponto obviamente polêmico, mas foi a posição ideal apresentada pelos estados", acrescentou Rafael Fonteles.

Com a proposta apresentada, o Comsefaz pretende agora colher as 171 assinaturas dos parlamentares, quantidade necessária para garantir a apresentação da emenda na Casa. O prazo se encerrará na próxima quarta-feira.



GOVERNO BOLSONARO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro))

## Divergências travam plano de socorro a estados na Câmara

Ala do Congresso quer benesses também para entes com boa situação financeira

12.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/12/>)

**Thiago Resende**

**Thais Arbex**

**BRÁSILIA** Lançado como uma das principais medidas econômicas do governo, o plano de socorro financeiro a estados e municípios

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/guedes-promete-plano-de-socorro-aos-estados-para-semana-que-vem.shtml>) é alvo de disputas na Câmara, onde está parado desde que foi apresentado, em junho.

Uma ala do Congresso quer benesses também para estados cujas contas estão em boa situação.

Traçado pelo secretário de Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, o plano prevê empréstimos garantidos pela União a estados em crise

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/plano-cria-incentivos-corretos-para-melhora-fiscal-em-estados-e-municipios-diz-ifi.shtml>).

O Tesouro classifica cada estado com uma nota de acordo com dados fiscais e capacidade de pagamento.



Jair Bolsonaro durante solenidade de lançamento da carteirinha ID Estudantil - Evaristo SA - 6.set.19/AFP

---

O relator do projeto na Câmara e líder do PDT, André Figueiredo (CE), estuda uma forma de que estados com selos de bons pagadores (A e B) também sejam beneficiados pelo plano. O Ceará tem nota B.

O foco do governo foi o grupo com rating C. Ao todo, são 11 estados: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Quem aderir ao programa poderá ter acesso a financiamento e cumprir ao menos três de oito requisitos.

São exemplos de contrapartidas: privatizar empresas dos setores financeiro, energia, de saneamento, ou de gás; reduzir em 10% os incentivos ou benefícios tributários no ano seguinte à assinatura do programa de socorro.

O Tesouro reservou R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões por ano, para dar aval a empréstimos estaduais.

### Governadores avaliam que as exigências são muito duras

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/bolsonaro-encaminha-ao-congresso-plano-de-equilibrio-fiscal-para-estados.shtml>). Por isso, os mandatários dos estados têm priorizado projetos que representam um dinheiro extra ao caixa e sem contrapartidas, como a divisão de recursos da cessão onerosa.

### Está marcado para 6 de novembro um megaleilão de petróleo no qual o governo estima arrecadar R\$ 106 bilhões

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/megaleilao-de-petroleo-tera-bonus-de-assinatura-de-r-106-bilhoes.shtml>). Deste total, R\$ 21 bilhões serão distribuídos para estados e municípios.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), determinou, ainda em junho, a criação da comissão que vai analisar o programa de socorro, chamado de plano Mansueto (<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/04/plano-mansueto-abre-brecha-para-governadores-enquadrarem-judiciario-em-corte-de-gastos/>).

Dos 34 membros, apenas 14 foram indicados pelos partidos, num sinal de desinteresse em relação ao projeto.

Deputados ligados a prefeitos também defendem que o plano tenha regras mais vantajosas para municípios. Esse é outro ponto de discussão sobre o projeto de ajuda financeira.

Sem consenso, a instalação da comissão ainda não tem prazo definido. Maia, contudo, defende o programa e quer destravar a análise do projeto.

O plano de ajuda financeira faz parte do pacto federativo, conjunto de medidas para que governadores e prefeitos recebam mais recursos e saiam da crise fiscal e, em troca, apoiem a reforma da Previdência

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/>).



Líderes da Câmara afirmam que, se Maia quiser usar o plano Mansueto

(<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/04/plano-mansueto-abre-brecha-para-governadores-enquadrarem-judiciario-em-corte-de-gastos/>) como moeda de troca para a Casa aprovar a reinclusão de estados e municípios na reforma da Previdência, as duas propostas podem ser engavetadas.

O Senado deve enviar para a Câmara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para que as novas regras de aposentadoria também tenham validade para servidores estaduais e municipais.

A Câmara, no primeiro semestre, rejeitou estender o efeito da reforma para estados e municípios enquanto governadores e prefeitos faziam campanha contra a medida. Maia defende a proposta que avança no Senado.

Ainda no projeto que cria o plano (<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/04/plano-mansueto-abre-brecha-para-governadores-enquadrarem-judiciario-em-corte-de-gastos/>) **Mansueto**

(<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/04/plano-mansueto-abre-brecha-para-governadores-enquadrarem-judiciario-em-corte-de-gastos/>), o governo prevê alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal para esclarecer os limites de gastos com pessoal — não há um padrão de critérios utilizados hoje, e alguns estados não incluem os inativos. Haverá um prazo para adaptação às mudanças, que termina no final de 2024.

Outra alteração é um inciso que proíbe aumentos salariais parcelados cujo impacto se dê fora do mandato do atual governante.

Os governos também não poderão contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente em todos os anos. A mudança passaria a valer a partir de 2026 para estados e Distrito Federal, e a partir de 2024 para municípios.

Integrantes da equipe econômica desconfiam da possibilidade de avanço do plano de socorro a estados no Congresso. Esses membros do Ministério da Economia acreditam que os governadores querem evitar medidas para um forte ajuste nas contas públicas, o que é impopular.



O QUE A BAHIA QUER SABER

# Correio

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

A nova CPMF não era uma ideia apenas do ex-secretário da Receita Marcos Cintra, demitido ontem. O próprio ministro Paulo Guedes a defendeu na entrevista que concedeu ao "Valor" esta semana e até revelou que foram feitas simulações de arrecadação em cada alíquota. O problema é que esta reforma vem sendo anunciada antes de ser formulada. Vários assessores do ministro também falaram do assunto.

No evento do BTG Pactual, o ministro Paulo Guedes disse que tinha escolhido Marcos Cintra para dar uma sinalização clara de redução e simplificação de impostos. Não conseguiu dar esse sinal. Cintra é visto como o economista de uma nota só. Ele sempre defendeu o imposto único, o que nunca convenceu a maioria dos economistas e tributaristas. A ideia é vista como um equívoco.

Mesmo assim ele foi escolhido para fazer a proposta de reforma tributária. Desde o princípio ele contava com a volta da CPMF como um embrião de um imposto único. Inicialmente substituiria a contribuição patronal para a Previdência. Depois, a ideia era subir a alíquota para eliminar outros impostos.

## A CPMF não era ideia só do Cintra

Quando eu entrevistei Marcos Cintra em abril, ele disse que o imposto cobriria uma arrecadação previdenciária de R\$ 300 bilhões. Esta semana o ministro Paulo Guedes falou em R\$ 150 bilhões.

Na entrevista para a jornalista Claudia Safatle, do "Valor", o ministro Paulo Guedes chamou o tributo de Imposto sobre Transações Financeiras (ITF). "Tem uma escadinha na proposta de reforma que é assim: se quiser 0,2% de imposto pode baixar a desoneração da folha para 13%, se quiser pagar 0,4% você já consegue derrubar a CSLL, se quiser pagar 1% você acaba com o IVA." Defendeu o imposto porque todos pagariam. "Sonegadores pagam, traficantes de droga pagam." Sobre a posição contrária do

presidente Bolsonaro, Guedes disse que na reforma da Previdência o presidente inicialmente não gostava. Depois definiu o tributo: "É feio, é chato, mas arrecadou bem por 13 anos."

Portanto, mesmo que inicialmente fosse uma ideia de Cintra, ela passou a ser defendida pelo próprio ministro, de forma explícita. E sobre ela falava-se abertamente na Secretaria de Política Econômica. O secretário adjunto da Receita, Marcelo Silva, detalhou-a na terça-feira. Na ocasião, referiu-se inclusive a um fato que nunca ocorreu: "O ministro Delfim Netto, na época que era ministro da Fazenda, usava a arrecadação da CPMF, que era de 10 em 10 dias, para calcular o PIB de forma rápida e mais acurada". Impossível. A CPMF foi criada quase uma dé-

cada depois que Delfim deixou de ser ministro.

A afirmação do presidente Bolsonaro em sua conta no Twitter de que a "tentativa de recriar CPMF derruba chefe da Receita" não faz sentido. Cintra não caiu por causa da CPMF, ou pela maneira como estava se dando a comunicação da reforma tributária. Já que se falava nela abertamente, e todos falavam. E não é de hoje.

Uma reforma como esta, desta gravidade e importância, não pode ser tocada de ouvido e ser divulgada antes de estar madura. É preciso apresentá-la com simulações confiáveis. Um erro e aumenta-se a carga tributária ou derruba-se a arrecadação. As empresas precisam se planejar para o ano seguinte. Como fazer isso se a

cada dia sai uma notícia diferente sobre tributos? Será ou não criado o imposto sobre dividendos? O governo também falou várias vezes em acabar ou reduzir as deduções da pessoa física. Há muito ruído no assunto.

Há um mês, o presidente Bolsonaro reclamou com Marcos Cintra que a Receita estaria perseguindo a sua família. Depois, disse publicamente que a Receita estaria fazendo uma "devassa" na sua família e que tinha feito isso na campanha na vida financeira dele. O risco é ele fazer agora uma escolha para o cargo por razões familiares. Para o BNDES foi um amigo dos filhos, quando caiu Joaquim Levy. Para a Polícia Federal ensaia-se também a escolha dos filhos, se cair Maurício Valeixo.

No Congresso, dois projetos tramitam, um na Câmara e outro no Senado. Eles tratam apenas da criação de um imposto sobre Valor Agregado, juntando IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS. O governo proporia um IVA dual, que fundiria num primeiro momento os impostos federais. E depois a eles se juntariam o estadual e o municipal quando houvesse acordo sobre como recolher e como distribuir.



# Queda de Cintra destrava reforma e sepulta ‘nova CPMF’

*Equipe econômica não desistiu da desoneração da folha das empresas e busca fórmula para compensar queda na receita*

**Adriana Fernandes e Idiana Tomazeli, O Estado de S.Paulo**

12 de setembro de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - **A saída de Marcos Cintra** do comando da **Receita Federal** deve destravar o andamento da reforma tributária no Congresso e tirar a “cara de CPMF” da proposta do governo, que enfrentava resistências dos parlamentares antes mesmo de ser enviada. A equipe econômica, porém, não desistiu da ideia de desonerar a folha de pagamento das empresas e estuda agora qual será o melhor caminho para compensar a perda de arrecadação com a medida.

LEIA TAMBÉM [>CELSO MING: A nova CPMF produziu a primeira vítima](#)



Guedes e Maia discutiram por causa da CPMF. Foto: Gabriela Biló/ ESTADÃO

Hoje, as empresas pagam como tributo 20% sobre o total dos salários dos seus funcionários. Guedes defende reduzir a contribuição para estimular a geração de empregos no País. A tese é que, com custo menor, os empresários contratariam mais.

Uma das alternativas é começar a fazer a desoneração da folha de forma bem mais gradual. A equipe econômica já vinha preparando um programa para desobrigar empresas de pagar impostos sobre a folha na contratação de jovens e pessoas que estão sem carteira assinada há mais de dois anos. A iniciativa tem sido chamada de “Emprego Verde e Amarelo” e significaria um início mais focalizado da medida de desoneração.

Essa desoneração inicial poderia ser bancada com recursos do Sistema S. Assim, o governo ganharia tempo para trabalhar melhor no Congresso a possibilidade de emplacar a ideia de uma Contribuição de Pagamentos (CP), tributo nos moldes da extinta CPMF, com alíquota reduzida no futuro.

Outra possibilidade seria usar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que pretende unificar até cinco tributos federais.

A intenção da equipe econômica é promover uma desoneração inicial mais restrita, mas capaz de impulsionar a geração de empregos. Isso daria mais força política ao governo para defender a extensão da medida e aprovar uma forma de financiá-la.

Caso opte pelo adicional no CBS, seriam cinco a seis pontos percentuais a mais para que essa contribuição possa suprir a perda de arrecadação com a desoneração da folha pretendida por Guedes.

O temor, porém, é que a alíquota fique tão elevada que supere países da União Europeia que já têm as maiores cobranças de um imposto unificado sobre bens e serviços.

Para unificar os tributos federais sobre consumo (PIS e Cofins num primeiro momento e IPI no futuro), a equipe econômica calculava a necessidade de fixar uma alíquota de 15%. Mas a equipe de Guedes tem trabalhado para atrair Estados e municípios para dentro da proposta, o que levaria essa alíquota a 25% (com uma fatia menor que os 15% para a União justamente para incentivar a adesão). Caso o CBS precise compensar a desoneração da folha, a cobrança poderia ser ainda maior. Na nota em que confirmou a demissão de Cintra, a Economia reafirmou o compromisso com a desoneração da folha.

## **Articulação**

Com a saída de Cintra, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, deve assumir de vez a negociação política da reforma tributária. Ele já tem participado das discussões sobre o tema nas últimas semanas e também estava na reunião de terça-feira entre Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na sede do Ministério da Economia.

Marinho é considerado um grande negociador no Congresso. Ele foi relator da reforma trabalhista, sancionada em 2017, e se empenhou neste ano para a aprovação da reforma da Previdência pelos deputados.

No encontro, que acabou após as 22h, Maia cobrou a proposta de reforma do governo e comunicou ao ministro que o anúncio feito pelo secretário adjunto da Receita, Marcelo Silva, não foi bem aceito no Parlamento. Segundo fontes ouvidas pelo **Estado**, os dois discutiram porque Maia comunicou que ia se posicionar publicamente contra a medida.





# Após saída de secretário, Paulo Guedes vai reestruturar Receita

*Alvo de críticas pela defesa da criação de um tributo sobre pagamentos, Marcos Cintra também enfrentou desgaste após cúpula do Fisco ameaçar deixar seus cargos em protesto contra a interferência de Bolsonaro no órgão*

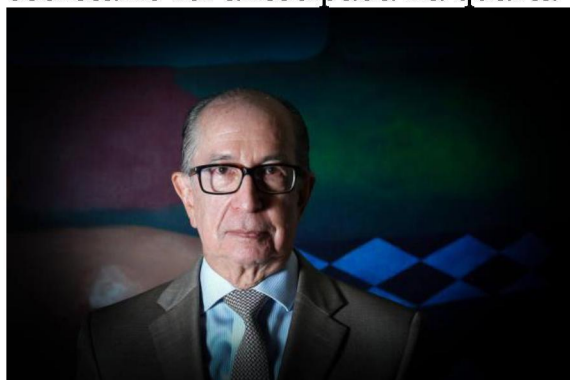
**Adriana Fernandes e José Fucs, enviado especial**

12 de setembro de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - A proposta de **reforma tributária** do governo nem sequer foi apresentada oficialmente, mas provocou na quarta-feira, 12, a primeira baixa na equipe econômica do presidente **Jair Bolsonaro**, nove meses depois do início do governo. O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, demitiu o secretário especial da **Receita Federal, Marcos Cintra**, para destravar a reforma que tem o objetivo de simplificar os tributos.

LEIA TAMBÉM [>CELSO MING: A nova CPMF produziu a primeira vítima](#)

Sob críticas pela defesa da criação de um novo tributo nos moldes da extinta **CPMF**, Cintra também se desgastou no governo depois que a cúpula da Receita ameaçou deixar os cargos em protesto contra a interferência do presidente Jair Bolsonaro no órgão. Com a demissão de Cintra, Guedes vai promover ampla reestruturação no Fisco com a troca das chefias do órgão. Mas ela não deve ser feita de “supetão”. A queda do secretário foi antecipada na quarta-feira pelo **Estadão/Broadcast**.



Há um mês, ficou claro que Marcos Cintra não tinha o comando da Receita. Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADAO

Com a saída de Cintra, a proposta do governo deve perder a “cara da CPMF”. Ferrenho defensor do tributo, Cintra bateu de frente com as lideranças da **Câmara**, que não o

aceitavam como interlocutor do governo para a reforma. Lideranças do **Congresso**, ministros do **Supremo Tribunal Federal (STF)** e do **Tribunal de Contas da União (TCU)** também pressionaram Guedes a demitir o secretário.

**Rogério Marinho**, secretário de Previdência e Trabalho, é o mais cotado para assumir a articulação das negociações da reforma tributária, depois de ser o relator da reforma trabalhista, sancionada em 2017, e se empenhar para a aprovação da reforma da Previdência pelos senadores neste ano.

Marinho já tem participado das discussões internas do grupo que prepara a proposta final de reforma. Guedes tinha avisado a interlocutores que, se Cintra não viabilizasse a criação da nova CPMF, não teria condições de ser o negociador da reforma tributária em nome do governo.

## **Origem**

A fritura de Cintra se intensificou há um mês, quando os integrantes da alta administração da Receita ameaçaram deixar os cargos após Bolsonaro pedir mudanças na delegacia do Rio de Janeiro e atacar os fiscais pelo que chamou de “devassa” fiscal de familiares. Na época, ficou claro para o ministro que Cintra não tinha o comando de fato do órgão, um dos mais importantes na estrutura do governo.

O estopim para a demissão ocorreu na terça-feira, quando o secretário adjunto de Cintra, Marcelo Silva, antecipou pontos da proposta de reforma do governo, o que provocou a ira dos líderes da Câmara. Eles aguardam o texto da proposta e travam uma “briga de foice” com o Senado pelo protagonismo da reforma. No mesmo dia, à noite, o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, foi até o **Ministério da Economia** para uma reunião com Guedes e Marinho.

Segundo apurou o **Estado**, Maia comunicou a Guedes que iria se manifestar publicamente contra a criação de um novo imposto sobre meios de pagamentos. Antes, numa reunião na Câmara, os líderes avisaram a Maia que, se ele não tomasse posição contra a proposta, iriam travar toda a pauta de discussão do Parlamento.

Pela manhã, antes da demissão, Maia e o presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, atacaram a ideia de recriar a CPMF. Na avaliação de Guedes, a divulgação

de informações não oficiais prejudicava o entendimento público de sua proposta de reforma. Ele não rejeitava a CPMF, mas a maneira como vinha sendo divulgada.

O ministro da Economia já havia se manifestado em favor de uma nova contribuição nos moldes da CPMF e vinha tentando emplacar a ideia com o presidente com o argumento de que geraria mais emprego por conta da desoneração da folha de pagamentos.

## **Véspera**

Na noite anterior à sua demissão, Cintra cancelou os compromissos marcados para as primeiras horas da manhã à espera de uma conversa com Guedes e Maia. O secretário já sabia que a fala do seu adjunto, confirmando a criação de uma nova CPMF, provocara muito ruído e lhe custaria provavelmente o cargo.

No mundo político e nas redes sociais, as críticas à recriação da CPMF se espalharam e ataques foram disparados, sobretudo, contra Bolsonaro, que desde a campanha eleitoral tomara posição contra o tributo.

Na quarta-feira, 12, no Twitter, Bolsonaro divulgou que a criação de um novo tributo nos moldes da extinta CPMF “derrubou” Cintra. De acordo com o presidente, Guedes exonerou, “a pedido”, Cintra por “divergências no projeto da reforma tributária”.

Bolsonaro afirmou ter determinado que fique fora do projeto para reforma tributária “a recriação da CPMF ou aumento da carga tributária”.

## **Discórdia**

A reforma tributária tornou-se alvo de discórdia em todas as frentes – um sinal de que o encaminhamento da questão pelo Ministério da Economia tem sido conduzido de forma confusa.

Enquanto o governo levava a sua proposta em banho-maria, o **Senado** e a Câmara dos Deputados saíram na frente, com a apresentação de duas Propostas de Emenda Constitucional (PECs) diferentes. /**COLABORARAM RENATO ONOFRE,**

**AMANDA PUPO E DANIEL WETERMAN**



**Vinicius Torres Freire** (/colunas/viniciustorres/)

vinit@uol.com.br (mailto:vinit@uol.com.br)



## Bolsonaro degola CPMF e quebra perna de planos de Guedes

Dinheiro do imposto bancaria perda de receita com a redução da carga sobre empresas

11.set.2019 às 21h42

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/12/>)

Jair Bolsonaro cortou a cabeça de Marcos Cintra e enterrou a nova CPMF (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/marcos-cintra-defensor-da-cpmf-deixa-comando-da-receita-federal.shtml>) em um tuíte. Assim, quebrou as pernas de um grande projeto de Paulo Guedes, seu plano de mexer nos impostos a fim de incentivar o emprego.

O ministro da Economia pretendia acabar com impostos que as empresas recolhem sobre a folha de salários; talvez reduzir também o Imposto de Renda das firmas. Quem ficaria com essa conta, dado que o governo não pode perder receita? Quem viesse a pagar a CPMF.

O tributo sobre transações é detestado política e tecnicamente, mas não recai de modo muito evidente e direto sobre nenhum grupo social e econômico específico. A nova CPMF (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/demissao-de-cintra-nao-atrapalha-reforma-tributaria-da-camara-diz-maia.shtml>) seria um imposto espalhado, por assim dizer. Causa estragos difusos.





Ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra, demitido por Paulo Guedes - Pedro Ladeira/Folhapress

---

No barata-voa das especulações da reforma tributária do governo, haveria de início uma redução de um terço da contribuição patronal para o INSS. Trata-se de pouco mais de 1% do PIB, cerca de R\$ 70 bilhões por ano.

No fim da linha dessa desoneração, as empresas deixariam de recolher a contribuição para o INSS, com o que se abriria um buraco de R\$ 210 bilhões, em valores atuais.

Obviamente, não é fácil cobrar essa dinheirama de ninguém. Na verdade, as empresas já empurram quase todo esse custo adiante, a depender do mercado ou setor em que trabalham. O consumidor, pois, paga a conta, mas isso não é lá evidente. Caso seja necessário criar um tributo ou elevar sua alíquota, vai dar na cara.

Vai parecer aumento de imposto, mesmo que a carga tributária total não aumente.

Sim, era bem provável que a CPMF fosse derrubada no Congresso. Guedes teria, então, o mesmo problema para colocar de pé seu programa de incentivar a criação de empregos com a desoneração de impostos.

Agora, terá dois problemas: inventar um tributo e jogá-lo sobre as costas de alguém. Quem? Ricos recebedores de dividendos e outros ganhos de capital? Classe média alta (ricos de segundo escalão)?

Por mais de uma década e até a semana passada, Bolsonaro disse ou tuitou que era contra a CPMF. Talvez pudesse mudar de ideia, não fosse o burburinho crítico nas redes insociáveis bolsonaristas, já azedas com a nomeação do novo procurador-geral da República e com suspeitas de antilava-jatismo da família presidencial.

Nos últimos dias, com o zum-zum da nova CPMF, reapareceram tuítes em que o então candidato ou presidente-eleito negava planos de recriar o imposto sobre transações, ideias de seus futuros ministro da Economia, Guedes, e secretário da Receita, o degolado Cintra

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/mourao-diz-que-demissao-de-cintra-foi-decisao-de-bolsonaro.shtml>).

Junto das postagens nas redes insociáveis, vinha a acusação de estelionato eleitoral.

Cintra, faz tempo frito e queimado com Bolsonaro, não apenas por causa da CPMF, ainda buliu com as bases virtuais do presidente, que de resto ficou possesso com o vazamento de planos de recriar o imposto, o que vetara explicitamente antes de ir para o hospital.

Os efeitos da degola acabam por respingar em Guedes. Até segunda-feira (9), o ministro defendia o imposto, embora já na terça (10) gente do ministério dissesse que a nova CPMF ficaria “para depois”, numa segunda fase da reforma tributária governista.

Pelo andar da carruagem, a reforma governista não vai passar nem na primeira fase, se é que vai aparecer para o vestibular até o final do ano. O

comando do parlamentarismo branco vai tocar a reforma que anda por lá.

O programa econômico continua a ser o do miolão do Congresso, conduzido por Rodrigo Maia.

### **Vinicius Torres Freire**

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

---

### ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2019/09/bolsonaro-degola-cpmf-e-quebra-perna-de-planos-de-guedes.shtml>



**Bruno Boghossian** (</colunas/bruno-boghossian/>)



## CPMF não era único motivo de irritação de Bolsonaro com a Receita

Antes de demitir secretário, presidente reclamou de devassa na vida de parentes

12.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/12/>)

O presidente fez um baita alarde ao anunciar que havia demitido (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/mourao-diz-que-demissao-de-cintra-foi-decisao-de-bolsonaro.shtml>) O chefe da Receita para impedir a volta da CPMF. Se a criação do tributo fosse mesmo uma ideia inadmissível, Jair Bolsonaro também deveria mandar embora o ministro Paulo Guedes. Poderia pensar até em renunciar ao cargo.

Bolsonaro sempre atacou a CPMF, mas admitiu à **Folha**, na semana passada, a possibilidade de apoiá-la desde que houvesse "uma compensação" (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/para-ter-cpmf-e-preciso-uma-compensacao-para-as-pessoas-diz-bolsonaro.shtml>) para as pessoas". Em outra entrevista, publicada há dois dias pelo jornal Valor Econômico, Guedes celebrou o tributo e disse que poderia arrecadar R\$ 150 bilhões com ele.

A contribuição sobre movimentações financeiras era uma pílula amarga para o presidente, mas Marcos Cintra não era seu único simpatizante. A defesa



que ele fazia do tributo pode ter justificado a demissão, mas foi apenas a gota d'água.

O secretário da Receita estava há tempos à beira do precipício. Cintra sofria pressões do Palácio do Planalto pela substituição de servidores em postos do comando no Rio, e Bolsonaro reclamava abertamente de uma "devassa" que era feita pelo órgão sobre as vidas de seus parentes.

A Receita virou motivo de problema para o presidente. A dor de cabeça aumentou quando Cintra passou a dar contornos mais nítidos

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-planeja-cobrar-imposto-de-04-para-saques-e-depositos-em-dinheiro.shtml>) à nova CPMF, expondo o presidente a ataques de sua própria base política.

O plano de cobrar um tributo sobre cada pagamento feito pelos cidadãos incomodou tanto o Congresso (que deu bola preta para a ideia) quanto os apoiadores fiéis do governo nas redes sociais. Bolsonaro agiu como de praxe e fritou o auxiliar.

A mudança dá ao presidente a oportunidade de retomar as rédeas da reforma tributária, que quase se perdeu na confusão. Resta saber se o governo vai aproveitar para saciar a vontade de interferir nas atividades de investigação do órgão.

Na semana passada, o presidente mandou recado ao secretário. "O Cintra às vezes levanta a cabeça, mas eu vou lá e dou uma nele", disse. Chegou a hora da pancada definitiva.

### **Bruno Boghossian**

Jornalista, foi repórter da Sucursal de Brasília. É mestre em ciência política pela Universidade Columbia (EUA).

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](#)

[https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

---

#### ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2019/09/cpmf-nao-era-unico-motivo-de-irritacao-de-bolsonaro-com-a-receita.shtml>

REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria))

## Guedes insistirá na criação de tributo, apesar de resistências

Para equipe econômica, percepção sobre imposto nos moldes da extinta CPMF vinha melhorando

12.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/12/>)

### Bernardo Caram

**BRASÍLIA** Apesar da demissão do secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/marcos-cintra-defensor-da-cpmf-deixa-comando-da-receita-federal.shtml>), o ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda avalia propor a criação de um novo imposto aos moldes da extinta CPMF.

Embora Cintra fosse visto como o grande patrocinador da implementação de um imposto sobre pagamentos, Guedes também defende a medida como forma de compensar uma redução de tributos sobre a folha salarial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/especialistas-defendem-desonerar-a-folha-de-pagamento-sem-cpmf.shtml>).

A equipe do ministro não desistiu da proposta e seguirá com os estudos e calibrações de alíquotas do imposto, que incidiria sobre todas as transações financeiras. Todos os pontos precisarão ser alinhados com o presidente Jair Bolsonaro.



O presidente Jair Bolsonaro e Paulo Guedes (Economia) durante solenidade de lançamento do Projeto em Frente Brasil, de medidas para a segurança pública, no Palácio do Planalto - Pedro Ladeira - 29.ago.19/Folhapress

---

A medida sofre resistência de economistas e parlamentares, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é um dos articuladores da reforma tributária, (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/demissao-de-cintra-nao-atrapalha-reforma-tributaria-da-camara-diz-maia.shtml>) e também de Bolsonaro, que escreveu nesta quarta-feira (11) que o tributos está fora dos planos do governo.

Cintra foi demitido por Guedes (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/mourao-diz-que-demissao-de-cintra-foi-decisao-de-bolsonaro.shtml>) após a equipe da Receita Federal ter anunciado a possibilidade de criação do tributo.

De acordo com auxiliares do ministro da Economia, o anúncio precipitado da medida —que ainda estava em estudo— pelo secretário especial adjunto da Receita Federal, Marcelo de Sousa Silva, pegou Guedes de surpresa e gerou forte incômodo em Bolsonaro, (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/veja-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-possivel-volta-da-cpmf.shtml>) que ainda está hospitalizado após cirurgia.



Na avaliação do ministro, a situação o forçou a puxar um freio de arrumação. Não há definição sobre a permanência de Silva no cargo. Guedes pretende delegar essa decisão ao substituto definitivo de Cintra, que ainda não foi escolhido.

Com a saída de Cintra, a expectativa da equipe econômica é que a discussão deixe de ser focada na eventual recriação do imposto sobre pagamentos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/reforma-tributaria-na-camara-ja-tem-114-emendas-4-ressuscitam-cpmf.shtml>) e possa ser ampliada para um debate sobre modernização tributária.

A interlocutores Guedes afirma que não haverá fórmula mágica na reforma. O raciocínio pressupõe que não há como reduzir impostos sem algum tipo de compensação em um momento de forte aperto nas contas públicas.

A equipe de Guedes tem a avaliação de que a percepção sobre o tributo estava melhorando recentemente, inclusive para Bolsonaro. À **Folha** o presidente afirmou na semana passada que, para que a CPMF fosse criada, seria necessária uma compensação (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/veja-as-frases-de-bolsonaro-sobre-a-possivel-volta-da-cpmf.shtml>). Nesse sentido, a equipe de Guedes estudava isentar pessoas de baixa renda do pagamento do novo tributo.

Na avaliação do ministro, uma reforma tributária completa deve contemplar a criação de um imposto único, a reestruturação do Imposto de Renda para reduzir alíquotas eliminando deduções e uma desoneração ampla e irrestrita da folha de salários.

Para viabilizar a desoneração, a equipe da pasta defende que seja feita a compensação por meio do imposto sobre pagamentos —agora chamado de ITF (Imposto sobre Transações Financeiras) pelo ministro.

O cálculo mais recente da equipe técnica prevê a cobrança de 0,2% sobre qualquer movimentação financeira no país. Com isso, seria possível reduzir a contribuição previdenciária paga pelos empregadores na folha de pagamentos dos atuais 20% para 13%.

Na visão de Guedes, a criação do tributo seria a forma mais eficaz de promover a desoneração, medida que poderia ampliar a geração de

empregos.

O novo tributo, para o ministro, ainda teria grande potencial de arrecadação, já que atinge setores hoje não alcançados pelo fisco, como serviços informais e novos produtos digitais.

A primeira reunião sobre reforma tributária sem a participação de Cintra está programada para a manhã desta quinta-feira (12)

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

---

### ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/guedes-insistira-na-criacao-de-tributo-apesar-de-resistencias.shtml>

REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-tributaria))

## Veja as principais propostas da reforma tributária

Além das ideias do governo, há dois textos que tramitam no Congresso e sugestões do setor privado e do Ipea

11.set.2019 às 17h14

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/12/>)

**SÃO PAULO** Além da proposta de reforma tributária em estudo no governo, cuja apresentação tem sido adiada desde julho, há dois textos que tramitam no Congresso e outras sugestões do setor privado.

Veja as principais propostas:

### Ministério da Economia

- Estágio: O ministério já apresentou várias ideias, mas nenhum projeto no papel e não há previsão de fechar a questão.
- Resumo: Serão três eixos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-planeja-cobrar-imposto-de-04-para-saques-e-depositos-em-dinheiro.shtml>): 1. Fusão do PIS e Cofins em uma contribuição sobre bens e serviços; 2. Reforma do Imposto de Renda, com correção da tabela, tributação de lucros e dividendos e menos tributos para empresas; 3. Substituição da contribuição patronal para o INSS, do IOF e da CSLL por um tributo semelhante à CPMF, com alíquota de 0,2% para cada lado da operação e 0,4% nos saques e depósitos.

### Câmara dos Deputados

- PEC 45/2019, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), com base em proposta do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal)
- Estágio: aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Está em análise em uma comissão especial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/maia-quer-discutir-solucao-para-setores-de-saude-e-educacao-na-reforma-tributaria.shtml>). Se aprovada, irá para votação em plenário
- Resumo: substitui três tributos federais (PIS, Cofins e IPI), o estadual ICMS e o municipal ISS pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), cuja receita seria compartilhada entre União, estados e municípios

## Senado

- PEC 110/2019, assinada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), em conjunto com outros 66 senadores, inclusive de oposição ao governo
- Estágio: apresentada no início de julho, está em análise na CCJ do Senado
- Resumo: semelhante ao texto do ex-deputado Luiz Carlos Hauly apresentado em 2004 e aprovado em comissão especial da Câmara em 2018. Seriam extintos IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação e Cide Combustíveis, além de ICMS estadual e ISS municipal. No lugar, o projeto cria o IBS (Imposto sobre Operações com Bens e Serviços), com tributação sobre valor agregado, de competência estadual, e o IS (Imposto Seletivo), sobre operações com bens e serviços específicos, federal

## Estados

- Estágio: Proposta assinada pelos 27 secretários de Fazenda (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/estados-aceitam-fim-do-icms-mas-temem-perda-de-autonomia.shtml>) e que aguarda o aval de todos os governadores
- Resumo: A ideia é sugerir alterações na proposta da Câmara. O que muda: mais de uma alíquota, de acordo com o tipo de bem ou serviço, mas aplicada igualmente em todo o país

## Especialistas em direito tributário



- Estágio: formulada pelos economistas Alexandre Xavier Ywata de Carvalho, Melina Rocha (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/se-governo-nao-for-protagonista-reforma-tributaria-vai-fracassar-diz-especialista.shtml>) Lukic, Adolfo Sachsida, Carlos Wagner de Albuquerque e Oliveira Ernesto Lozardo, proposta foi divulgada em setembro do ano passado no site do Ipea.
- Resumo: Propõe o (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/se-governo-nao-for-protagonista-reforma-tributaria-vai-fracassar-diz-especialista.shtml>) IVA Dual, um tributo sobre consumo do tipo IVA (que incide sobre o valor agregado em cada etapa produtiva) para o setor federal e outro semelhante para estados e municípios.

**Instituto Brasil 200** (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/empresarios-bolsonaristas-lancam-manifesto-por-imposto-sobre-movimentacao-financeira.shtml>) e Luciano Bivar

- Estágio: movimento de empresários bolsonaristas procura um parlamentar para apadrinhar o texto formalmente. O presidente do PSL apresentou emenda substitutiva ao texto da Câmara (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/presidente-do-psl-apresenta-proposta-de-imposto-unico-sobre-transacao-financeira.shtml>)
- Resumo: Ambas propõem a unificação de quase todos os tributos federais e a criação de um imposto único sobre movimentações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. A cobrança, no entanto, é feita duas vezes, por quem envia o dinheiro e por quem recebe

## sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) ([https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR)) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

---

12/09/2019 - 05:00

## Relatores da reforma divergiam sobre proposta

Por Raphael Di Cunto, Renan Truffi e Marcelo Ribeiro

Horas antes do secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, ser demitido, e a recriação da CPMF ser descartada, Senado e Câmara demonstraram ter visões inteiramente divergentes sobre o tema. Propostas de reforma tributária tramitam nas duas casas do Congresso.

Enquanto o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) rechaçou a recriação da CPMF e disse que não há clima para aprovação, no Senado o tucano Roberto Rocha (MA), que relata outra proposta de PEC que reformula os tributos, apoiou o imposto como alternativa. Os dois participaram de debate na Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Os deputados pressionam o governo a mandar sua própria proposta de emenda à Constituição, o que consolidaria a Câmara como a Casa original para a discussão do tema. Ao sinalizar que toparia discutir a CPMF, algo que a Câmara resiste, Roberto Rocha buscava apoio para que o debate ocorra ao mesmo tempo nas duas Casas - e o Senado é muito mais ágil para votar PECs.

A proposta que tramita na Câmara foi apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), a partir de um estudo coordenado pelo economista Bernardo Appy. A do Senado, formalmente proposta pelo presidente da casa, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), é uma reedição do texto do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, que tramitou na legislatura passada.

Rocha disse que só conhece outra alternativa além da CPMF para desoneração da folha de pagamento das empresas de 20% para 10%, que é aumentar a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - que seria criado pela reforma com a junção de impostos sobre consumo e serviços - em cerca de 3%. "É justo? Acho que não", disse. "Vai aumentar a carga tributária, sou contra."

Para ele, faltou tato político para vender a nova CPMF, quando o governo não deixou claro de início que o imposto seria recriado com o objetivo de desonerar a folha. "O governo muitas vezes bota mais calor do que luz. Se você precisa desonerar a folha, é uma substituição", afirmou.

O tucano disse ainda que conversou com as confederações nacionais da Indústria (CNI) e da Agropecuária (CNA) e que teve o apoio, "se não unânime, da maioria" dos integrantes dessas entidades e que, nos próximos cinco anos, a maioria dos países estará discutindo impostos eletrônicos como a CPMF. A CNI respondeu, em nota, que maioria dos filiados à entidade "tem muitas restrições" ao tema, mas que ainda não tomou decisão. A CNA não retornou.

Questionado depois pela imprensa, ele foi menos enfático, mas não descartou o apoio e rebateu que, se a CPMF tem efeito cumulativo, as contribuições sobre a folha também teriam. "Defendo a desoneração da folha e a CPMF é um caminho, mas não necessariamente o único", disse. "O que está em discussão é ouvir qual é a proposta mais razoável para criar empregos."



*Roberto Rocha: relator da PEC da reforma tributária no Senado disse que reedição de CPMF era boa alternativa para promover desoneração da folha*

Aguinaldo Ribeiro, por outro lado, foi assertivo contra a proposta da equipe econômica do governo Bolsonaro. "Como relator, você abre mão de posições pessoais e constrói o relatório que tem condições de ser aprovado pela maioria e na Câmara não há clima para esse tipo de imposto", disse. "A CPMF é cumulativa, paga em cascata, é altamente regressiva", reforçou.

Ribeiro disse que estuda alternativas para desonerar a folha e que podem envolver tributação maior sobre a renda e patrimônio, mas que isso carece de mais estudos sobre se é a solução.

Apesar da declaração de Rocha, no Senado o sentimento também é de antipatia ao imposto. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), criticou a proposta e lembrou que, quando deputado, votou contra a prorrogação da CPMF. "Conseguimos tirar essa contribuição, entre aspas, da vida dos brasileiros. Lógico que estou escutando o governo falar sobre isso, e da minha parte quero reafirmar minha posição", disse.

12/09/2019 - 05:00

## Tributo pode sair de cena, mas não definitivamente

Por **Marta Watanabe**

Com a retirada de Marcos Cintra da Receita Federal, sai da equipe do governo federal a face que mais se expunha na defesa de um tributo sobre movimentações financeiras. Sua exoneração dá o desfecho a uma gestão de oito meses na qual cada defesa pública de Cintra por uma nova CPMF foi seguida de resposta imediata do presidente Jair Bolsonaro rechaçando o tributo.

A cena se repetiu ontem, quando Bolsonaro, em sua conta no Twitter, ao comentar a saída de Cintra, escreveu que a "recriação da CPMF ou aumento da carga tributária estão fora da reforma tributária por determinação do presidente". A exoneração de Cintra pode tirar a CPMF de cena. Mas a saída pode ser momentânea e estratégica, para um futuro retorno em cenário mais favorável, ainda a ser defendido pela equipe econômica chefiada pelo ministro da Economia Paulo Guedes.

AdChoices  
PUBLICIDADE[inRead invented by Teads](#)

O tributarista Edison Fernandes compara a nova CPMF com a capitalização inicialmente proposta para a reforma previdenciária. "A equipe econômica para de falar a respeito, mas a proposta ainda está na gaveta para voltar se o ambiente melhorar. Com o ITF [Imposto sobre Transações Financeiras, como Guedes já se referiu à nova CPMF] acontece o mesmo: o ministro Paulo Guedes não esquecerá a ideia, podendo deixá-la esperando para um momento propício."

No retorno, a CPMF também pode vir de forma menos ambiciosa do que queria Cintra. Antes de ser demitido, Cintra vinha dizendo que a reforma em estudo tinha três pilares. Mas evidentemente sua prioridade estava na criação de uma tributação sobre pagamentos, que ele considerava "injustamente satanizada". Antes mesmo de se tornar secretário da Receita Federal, ele já havia dado nome ao tributo e defendido uma alíquota que poderia chegar a 1,28%.



Obstinado defensor de uma tributação sobre pagamentos desde a década de 90, Cintra já dizia em setembro do ano passado, ainda durante a campanha presidencial, que a nova cobrança poderia substituir a contribuição patronal sobre folha, o salário educação e as cobranças do "Sistema S". A partir desse pilar principal é que Cintra depois, já como secretário, agregou mudanças em tributos sobre consumo e também sobre Imposto de Renda. Aconselhado por especialistas a defender uma tributação sobre pagamentos menor, ele persistiu na ideia de criar um imposto de tamanho suficiente para substituir integralmente a contribuição patronal sobre folha.

Guedes não é avesso à ideia, caso contrário não teria nomeado Cintra para a Receita. Além disso, em entrevista ao **Valor** veiculada no dia 9, o ministro defendeu a cobrança ao dizer que o ITF "é feio, é chato, mas arrecadou bem e por isso durou 13 anos". Guedes, no entanto, vinha falando em cobranças menores que as mencionadas por Cintra. Na mesma entrevista, citou alíquota de 0,2% e em substituição parcial - não total - à contribuição patronal sobre folha.

## 'Até o final do ano, uns R\$ 20 bi devem ser liberados', diz Mourão

O valor de desbloqueio de recursos orçamentários ainda não foi fechado pela equipe econômica

11.set.2019 às 16h48

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/12/>)

### Gustavo Uribe

**BRASÍLIA** O presidente interino, Hamilton Mourão, afirmou nesta quarta-feira (11) que a previsão é de que, até o final do ano, sejam desbloqueados cerca de R\$ 20 bilhões dos recursos orçamentários.

O montante ainda não foi fechado pela equipe econômica, que avalia também a liberação de um valor menor, entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões.

Nas últimas semanas, o presidente Jair Bolsonaro vinha recebendo reclamações da equipe ministerial, que se queixava da falta de verba para anúncios e programas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/com-bloqueio-de-verba-setores-do-governo-correm-risco-de-paralisia.shtml>).



O valor de desbloqueio de recursos orçamentários ainda não foi fechado pela equipe econômica - Mauro Pimentel - 15.jul.19/AFP

---

"O Ministério da Economia é o dono do dinheiro, né. Então, eu acho que, até o final do ano, uns R\$ 20 bilhões devem ser liberados", disse Mourão.

No mês passado, Bolsonaro admitiu que sua administração enfrenta uma crise financeira, disse que está fazendo milagre para manter as contas (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/mesmo-com-crise-fiscal-bolsonaro-aumenta-gasto-com-desfile-de-sete-de-setembro.shtml>) em dia e ressaltou que a equipe ministerial está apavorada.

O presidente afirmou ainda que não considera anunciar um pacote de proteção ambiental (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-planeja-pacote-ambiental-para-a-proxima-semana.shtml>), em meio à série de queimadas na floresta amazônica, diante de um quadro de falta de recursos.

Para justificar os cortes, Bolsonaro (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/em-meio-a-bloqueios-de-recursos-governo-gasta-r-16-mi-com-medalhas.shtml>) disse, na semana passada, que os

bloqueios fazem parte de um esforço para que o desempenho econômico do país apresente uma melhora consistente antes de 2022.

"Nós sabíamos o que teríamos pela frente. Um orçamento completamente desorganizado, para sermos civilizados. Se Deus quiser, antes de 2022, nós começaremos também a decolar, com o reajuste de nosso orçamento"

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/corte-no-orcamento-e-para-que-pais-decole-antes-de-2022-diz-bolsonaro.shtml>), disse Bolsonaro.

Nesta quarta-feira (11), Mourão afirmou ainda que não preocupam as manifestações dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), contrários à recriação de um imposto nos moldes da antiga CPMF. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/maia-diz-que-cpmf-tera-dificuldade-na-camara.shtml>)

"Não, não acho [preocupante], pô. Vamos olhar a coisa da seguinte forma. o governo tem uma proposta, o Senado e a Câmara têm outras. Isso tem de ser discutido, há estados e municípios. Nós vivemos no período da democracia. Então, tudo tem de ser discutido. Isso é igual à casa da gente. Você dá ordens na sua mulher? Nem pensar", disse.

Maia disse ver dificuldades em um avanço da recriação do imposto. Segundo ele, o governo deve encaminhar sua proposta e não há problemas de Senado e Câmara trabalharem em propostas paralelas.

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) <https://login.folha.com.br/newsletter>). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) ([https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR)) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

---